

**NYDIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TELEINFORMATICA LTDA
POLICABOS COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TELEINFORMATICA EIRELI**

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	5
3.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	12
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	16
5. CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	18
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	21
7. GLOSSÁRIO	23



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina – Estado do Paraná.

Dr. Osvaldo Taque

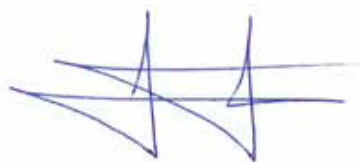
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos de Recuperação Judicial.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados, as disposições do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados nos autos recuperacionais estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0015121-39.2022.8.16.0014** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 15 de julho de 2022.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL**

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese do PRJ	O PRJ foi apresentado tempestivamente pelas empresas Recuperandas no dia 04 de julho de 2022, ao mov. 62, com os respectivos anexos, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais, de amortização para credores financeiros e fornecedores, novação dos créditos e extensão aos garantidores.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em suas Cláusulas 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4, estabelecendo carência para início dos pagamentos e deságio para os credores da Classe II, Classe III, e Classe IV, e credores da Classe I superiores a 150 salários mínimos.
Alienação de Ativos	No que tange à alienação de ativos, impende mencionar que o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas prevê tal hipótese na Cláusula 1.2.1 e Cláusula 11, estabelecendo, ainda, que o produto da venda dos ativos será destinado para a consecução da atividade empresarial das empresas.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise minuciosa do inteiro teor do PRJ, esta Administradora Judicial verificou algumas cláusulas conflitantes com o que dispõe a Lei 11.101/2005, no que tange aos credores trabalhistas, e efeitos da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em face de terceiros garantidores.
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



2

SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a empresa Recuperanda possui o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, a contar da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

In casu, extrai-se dos autos recuperacionais que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao dia 12 de julho de 2022, razão pela qual se têm como prazo fatal para o cumprimento de tal determinação exarada pela Lei 11.101/2005, a data de 12 de setembro de 2022.

Compulsando os autos, verificou-se que as Recuperandas apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial em data de 04 de julho de 2022, ao mov. 62, restando, portanto, TEMPESTIVO tal ato, consoante fundamentação supra.

2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

O Laudo Econômico-Financeiro foi apresentado no dia 04 de julho de 2022, ao mov. 62.2, anexo ao PRJ, com a especial finalidade de explanação quanto a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial apresentado, no que tange a geração de caixa e as medidas adotadas para superação das dificuldades financeiras.

2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Analisando o Resumo do Laudo Econômico-Financeiro, verificou-s que as Recuperandas adotaram o modelo de Fluxo de Caixa para apresentação das suas projeções que considerou o período de 14 (quatorze) anos. Contudo inexistente consideração quanto aos prazos de recebimentos e pagamentos/dispêndios, visto que a estrutura adotada pelas Recuperandas, que se assemelha a um Demonstrativo de Resultado do Exercício, não propicia essa análise, pois as projeções realizadas foram feitas com base na competência dos exercícios, conforme apresentado a seguir:



Quadro I – Plano Econômico-Financeiro projetado período de 14 (quatorze) anos:

PROJEÇÃO PRJ- VR EM K BLR	ANO1	ANO2	ANO3	ANO4	ANO5	ANO6	ANO7	ANO8	ANO9	ANO10	ANO11	ANO12	ANO13	ANO14
FAT. BRUTO ANUAL	5.880	6.115	6.299	6.425	6.553	6.684	6.885	7.022	7.093	7.234	7.379	7.527	7.677	7.831
FAT. BRUTO MENSAL	490	510	525	535	546	557	574	585	591	603	615	627	640	653
TRIBUTOS e CUSTOS FIN. DIRETOS	449	467	481	491	501	511	526	537	542	553	564	575	587	598
RECEITA LÍQUIDA	5.431	5.648	5.817	5.934	6.052	6.174	6.359	6.486	6.551	6.682	6.815	6.952	7.091	7.233
CUSTOS VARIÁVEIS	3.861	4.015	4.136	4.218	4.303	4.389	4.521	4.611	4.657	4.750	4.845	4.942	5.041	5.142
CPV	3.701	3.849	3.964	4.044	4.125	4.207	4.333	4.420	4.464	4.563	4.644	4.737	4.832	4.929
MARGEM CONTRIBUIÇÃO	1.570	1.633	1.682	1.715	1.750	1.785	1.838	1.875	1.894	1.932	1.970	2.010	2.050	2.091
CUSTOS FIXOS	1.535	1.535	1.566	1.605	1.653	1.694	1.728	1.763	1.798	1.834	1.871	1.908	1.946	1.985
DESPESAS COM PESSOAL	951	951	970	994	1.024	1.049	1.070	1.092	1.114	1.136	1.159	1.182	1.206	1.230
OCUPAÇÃO	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	10	11	11	11
UTILIDADES	26	26	26	27	28	28	29	30	30	31	31	32	33	33
COMUNICAÇÃO	18	18	18	19	19	20	20	21	21	21	22	22	23	23
VEÍCULOS	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇOS	493	493	503	515	531	544	555	566	577	589	601	613	625	637
OUTRAS DESPESAS	29	29	29	30	31	32	32	33	34	34	35	36	36	37
MANUTENÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MATERIAIS	8	8	8	8	9	9	9	9	9	10	10	10	10	10
RESULTADO FINAL	35	98	116	110	97	90	110	112	96	98	99	101	103	106
PAGAMENTO PASSIVO RJ	0	70	105	105	105	105	105	104	104	104	104	104	104	35
PMT MENSAL	0	6	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	3
CLASSE I - TRABALHISTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CLASSE II - GARANTIA REAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIA	-	68,62	102,88	102,84	102,80	102,75	102,69	102,63	102,55	102,47	102,37	102,26	102,14	34,01
CLASSE IV - M.P.E.	-	1,24	1,86	1,86	1,86	1,86	1,86	1,86	1,86	1,85	1,85	1,85	1,85	0,62
CREADOR COLABORADOR														
EXTRA CONCURSAL														
(=) SALDO DE CAIXA	35	28	11	6	-8	-14	5	8	-9	-7	-5	-3	-1	71
(=>) SALDO DE CAIXA ACUMULADO	35	63	74	80	71	57	62	70	61	54	50	47	47	117

(*) O ano 1 da projeção, considera os 12 meses subsequentes a data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Foi realizado o recálculo dos **Tributos e Custos Financeiros Diretos** com base no faturamento anual sendo possível evidenciar que houve a consideração adequada do montante de **R\$ 7,381 milhão** sobre uma estimativa da **Receita Bruta** total no período projetado que é de **R\$ 96,604 milhão**. Também foi possível avaliar que foram considerados os **Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 60,802 milhão)**. Ressalta-se que a estrutura do demonstrativo não permitiu que fossem avaliados os cálculos ou possíveis reduções na base de cálculo dos impostos de forma detalhada, a exemplo do IRPJ (Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) Trimestral e/ou Presumido.

Houve também a consideração adequada das despesas de custeio e pessoal (*Recursos Humanos, Administrativas e Custeio*) aplicáveis às atividades das Recuperandas, no montante de **R\$ 27,05 milhão** e, considerando a Receita Operacional Bruta e demais custos e despesas mencionadas até o momento, verificou-se que ao final do ciclo de 14 (quatorze) anos proposto pelas Recuperandas, haverá uma geração de caixa líquido de aproximadamente **R\$ 1,371 milhão**.

Ainda, restou verificado que as Recuperandas incluíram no mesmo demonstrativo a previsão do pagamento do Passivo da Recuperação Judicial, conforme apresentado no **Quadro II**:

Quadro II – Projeção para o pagamento do Passivo da Recuperação Judicial das Recuperandas no prazo de 14 (quatorze) anos:

RESULTADO FINAL	35	98	116	110	97	90	110	112	96	98	99	101	103	106
PAGAMENTO PASSIVO RJ	0	70	105	105	105	105	105	104	104	104	104	104	104	35
PMT MENSAL	0	6	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	3
CLASSE I - TRABALHISTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CLASSE II - GARANTIA REAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIA	-	68,62	102,88	102,84	102,80	102,75	102,69	102,63	102,55	102,47	102,37	102,26	102,14	34,01
CLASSE IV - M.P.E.	-	1,24	1,86	1,86	1,86	1,86	1,86	1,86	1,86	1,85	1,85	1,85	1,85	0,62
CREDOR COLABORADOR EXTRA CONCURSAL														
(=) SALDO DE CAIXA	35	28	11	6	-8	-14	5	8	-9	-7	-5	-3	-1	71
(=+) SALDO DE CAIXA ACUMULADO	35	63	74	80	71	57	62	70	61	54	50	47	47	117

Insta salientar que, conforme mencionado pelas Recuperandas no PRJ apresentado e, ponderando que a atividade da empresa é baseada principalmente no lastro cambial do Dólar para suas compras e vendas, não houve a consideração da variação cambial (projetada) e o reflexo na Receita Operacional Bruta, bem como no Custo do Produto Vendido e, conseqüentemente, no resultado projetado para o período proposto (10 anos).

Apesar disso, verificou-se que, inicialmente, as Recuperandas projetaram uma rentabilidade que gerará um caixa final acumulado da ordem de R\$ 117,4 mil, já amortizados os pagamentos das **Classes III e IV** retro mencionada.

2.2.2 LAUDO DE AVALIAÇÃO

Quanto ao Laudo de Avaliação apresentado pelas Recuperandas e elaborado pela Perita Avaliadora, **Natalia dos Santos Stasiak** (Engenheira Civil – CREA 175.889/D), verificou ser restrito a avaliação de 01 (um) imóvel, conforme apresentado a seguir:

- **Imóvel matrícula nº 25.112:** Trata-se de armazém com escritório, do pavimento térreo, abrangendo a parte inferior dos blocos “C” e “D” do Conjunto Proost de Souza, localizado na rua Espírito Santo, nº 255, do município de Londrina, com área construída de 1.442,63 m².

Em análise aos referidos documentos, constatou-se que a Perita responsável pela avaliação adotou procedimentos adequados para avaliação dos bens acima apresentados, a exemplo da norma **NBR 14.653-2 - Avaliação de Imóveis Urbanos**, apurando o montante atualizado conforme apresentado a seguir:

Quadro III – Valores apurados pelo Perito Avaliador por tipo de bem:

Caracterização do Imóvel	Valor de Mercado (Em reais)	Valor de Liquidação Forçada (Em reais)
Imóvel matrícula nº 25.112: Trata-se de armazém com escritório, do pavimento térreo, abrangendo a parte inferior dos blocos “C” e “D” do Conjunto Proost de Souza, localizado na rua Espírito San-tos, nº 255, do município de Londrina, com área construída de 1.442,63 m².	1.680.000,00	1.453.527,27



Comparando as rubricas contábeis do **Ativo Imobilizado** das Recuperandas, anexo ao **Mov. 62.4 e Mov. 62.5**, precisamente em relação ao bem avaliado pela Perita, restou apurada uma correção integral do valor, ou seja, de **R\$ 1,680 milhão**, precisamente em relação às rubricas de **Edificações**, que se encontra totalmente depreciada na relação apresentada.

2.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao Plano de Recuperação Judicial (Laudos Econômico-Financeiro e de Avaliação) apresentado pelas Recuperandas Grupo Policabos, observou ter sido elaborado de forma adequada, considerando todas as fontes de receita, custos e despesas aplicáveis ao negócio, com a ressalva dos efeitos inflacionários/cambiais mencionado no tópico anterior, mas que não impede a análise dos resultados esperados em relação as suas fontes de receitas, geração de caixa e o pagamento dos credores da Recuperação Judicial, que se mostrou adequado à necessidade apresentada.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 5 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005, conforme síntese apresentada abaixo:

- a) Dilação de prazos das obrigações devidas, com redução linear, negocial de valores devidos, meio imprescindível, pela absoluta falta de capital para disponibilização imediata para pagamento dos créditos (LFRE, art. 50, inc. I);
- b) Arrendamento total ou parcial de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados (LFRE, art. 50, inc. VII);
- c) Equalização de encargos financeiros relativos a financiamentos, transação desses valores (LFRE, art. 50, inc. XII);
- d) Dação em pagamento, venda de ativos, na modalidade UPI (LFRE, art. 50, incs. IX e XI);
- e) Direcionamento da dívida fiscal mediante parcelamento factível diante da realidade de faturamento das Recuperandas (Lei nº 14.112/20).

Visto isso, após análise por esta Administradora Judicial das cláusulas acima expostas, constata-se que todas as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.

2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

A fim de viabilizar a superação da crise e recuperação da atividade, as Recuperandas profissionalizaram a sua gestão e administração, criando processos e metodologia de trabalho, com controles, metas e resultados previamente estabelecidos e de livre divulgação no processo de Recuperação Judicial e ao mercado em geral.

As Recuperandas também implementaram um forte programa de redução de custos, com a readequação do quadro de funcionários, controle rigoroso de receitas, estoque e logística.

2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas prevê, na Cláusula 7, alínea (x), pg. 32, a forma de pagamento aos créditos incluídos no QGC posteriormente, conforme infra:

“Na hipótese de novos créditos serem incluídos no Quadro-Geral de Credores, inclusive mas não se limitando, aqueles decorrentes das ações judiciais e administrativas já em curso na data do ajuizamento da recuperação judicial, conforme previsto acima, os credores receberão seus pagamentos nas condições e formas estabelecidas neste Plano, de acordo com a classificação que lhes for atribuída, observando a carência, deságio e prazo, sem direito aos rateios eventualmente já realizados, sendo o termo a quo do prazo de pagamento o trânsito em julgado da respectiva decisão que determinar a inclusão do crédito perante o D. Juízo da Recuperação Judicial.”

Não obstante tal previsão contida no Plano, verificou-se que na projeção de pagamento apresentada, inexistia reserva para pagamento dos credores não contemplados, mas tão somente aos credores concursais.

2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Cláusula 6.2 do Plano de Recuperação Judicial, prevê que a sobra de caixa projetada em cada ano (conforme anexo 2 do Plano) será destinada para o reinvestimento no negócio, e pagamentos de passivos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, bem como, para recomposição do capital de giro próprio, diminuindo as despesas financeiras.

Destarte, o Plano de Recuperação Judicial dispõe na Cláusula 7.6, acerca do passivo fiscal, ocasião em que trata da possibilidade de pagamento de débitos tributários através da adesão a parcelamento fiscal em razão da alteração legislativa introduzida pela Lei nº 14.112/2020, observadas as opções contidas na atual redação dos artigos 10-A a 10-C, da Lei nº 10.522/02, assegurando a redução global do passivo no montante mínimo de 70% (setenta por cento), afora a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL no montante mínimo de 30% (trinta por cento).

2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 62, em sua Cláusula 12 estabelece que os Credores não mais poderão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial: (i) exigir o adimplemento, judicial ou extrajudicialmente, relacionado a qualquer Crédito contra as Recuperandas, seus fiadores, avalistas, garantidores e subsidiárias; (ii) expropriar ativos através da execução de qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as Recuperandas, seus



fiadores, avalistas, garantidores ou coobrigados; (iii) penhorar quaisquer bens das Recuperandas, seus fiadores, avalistas, garantidores e subsidiárias para satisfazer seu Crédito; e (iv) buscar a satisfação do seu Crédito por quaisquer outros meios.

Ainda, propõe que todas as execuções judiciais em curso contra as Recuperandas serão extintas e as penhoras porventura remanescentes serão automaticamente baixadas, ao passo que as execuções contra seus acionistas, fiadores, avalistas, garantidores e coobrigados, relativas a Crédito abrangido por este Plano, serão suspensas e as penhoras e constrições existentes serão liberadas. Uma vez cumpridas as obrigações assumidas neste Plano, as execuções serão extintas em definitivo.

Dispõe, também, que os acionistas, fiadores, avalistas, garantidores e coobrigados permanecerão responsáveis solidariamente pelas dívidas novadas pelo Plano, as quais somente poderão ser executadas em caso de inadimplemento do Plano de Recuperação Judicial.

Nesses termos, a cláusula mencionada alhures evidencia que a aprovação do Plano implica na suspensão da exigibilidade dos avais, fianças e demais garantias reais ou fidejussórias assumida pelas Recuperandas, seus sócios, avalistas, garantidores e/ou devedores solidários, inclusive imobiliárias e as prestadas no âmbito da Lei nº 9.514/97, servindo a sentença concessiva da Recuperação Judicial como ofício para informar e suspender os efeitos das averbações e gravames juntos aos respectivos e competentes cartórios, com sua extinção após o inadimplemento das obrigações previstas neste Plano.



3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 62 dos autos recuperacionais, apresenta-se, na sequência, uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Créditos até 5 (cinco) salários-mínimos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de RJ	-	30 (trinta) dias após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	-	-
	Créditos até R\$ 150.000,00	-	12 (doze) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	-	-
	Créditos Excedentes à R\$ 150.000,00	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial e, anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de recuperação judicial e anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%



Classe III Créditos Quirografários	-	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial e anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	20 meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) anos após período de carência. Ademais, os pagamentos serão feitos em tranches mensais porquanto perdurar o processo de recuperação judicial e anuais após o seu encerramento, sendo o primeiro realizado 12 (doze) meses após o último pagamento que tenha sido realizado enquanto ativo o processo.	Remuneração anual de 20% (vinte por cento) da CDI à título de correção monetária, acrescida de juros simples anuais de 1% (um por cento). A taxa pactuada passará a incidir a partir da data da decisão de homologação do Plano.	90%

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Grupo Policabos (mov. 62.2).

3.2 CREDORES COLABORADORES – AMORTIZAÇÃO ACELERADA

Consonante ao que dispõe a Cláusula 7.5 do Plano de Recuperação Judicial em análise, as Recuperandas propõem forma opcional de pagamento aos credores de qualquer classe, visando a aceleração no plano de pagamento, com o objetivo de liquidarem seu passivo junto aos credores de forma mais célere, cujo início do pagamento se dará a partir da data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. As modalidades de amortização acelerada são abertas à adesão por todos os credores, a qualquer tempo, com o exercício de opção mediante o envio de e-mail às Recuperandas, conforme discriminado infra.

3.2.1 CREDORES FINANCEIROS

A Cláusula 7.5.1 do respectivo PRJ, prevê que os Credores Financeiros que se habilitarem a participar desta forma de aceleração da amortização destinarão novos recursos através de empréstimos para as Recuperandas ou limites para desconto de recebíveis. Os montantes das tranches a serem fornecidas através de empréstimo não terão valor mínimo definido, embora fique a cargo da administração das Recuperandas aceitarem a oferta dos Credores Financeiros.

Outrossim, a cláusula em comento dispõe que os contratos de empréstimo e/ou troca de recebíveis terão remuneração definida entre as partes, inclusive no que tange ao percentual que será



destinado à amortização da integralidade do crédito sujeito aos efeitos da presente recuperação judicial, podendo ser admitida a compensação com recursos e/ou direitos pertencentes às Recuperandas, o que deverá constar no termo de adesão.

3.2.2 CREDORES FORNECEDORES

Não obstante, o Plano de Recuperação Judicial estabelece, em sua Cláusula 7.5.2.1, que os credores fornecedores deverão retomar o fornecimento de produtos e serviços às Recuperandas, ainda que à vista, nas condições normais de mercado, assegurando a prática do melhor preço, forma e frete ofertados a players cujo objeto social seja análogo ou similar ao das Recuperandas.

Ademais, existe previsão de que o Credor deverá faturar os pedidos para as Recuperandas de acordo com os prazos estabelecidos em uma das modalidades abaixo previstas, sendo a diferença apenas de percentual de amortização, e receberá a integralidade do crédito inscrito no Quadro Geral de Credores em, ao menos um, dos seguintes formatos:

- a) Modalidade 1: deverá restabelecer o fornecimento à vista de produtos às Recuperandas e, com isso, receberá 1,5% (um virgula cinco por cento) do valor do pedido para pagamento da dívida;
- b) Modalidade 2: deverá faturar os pedidos para as Recuperandas com prazo de até 30 (trinta) dias e com isso receberá 3% (três por cento) do valor do pedido para pagamento da dívida;
- c) Modalidade 3: deverá faturar os pedidos para as Recuperandas com prazo de 60 (sessenta) dias e com isso receberá 4% (quatro por cento) do valor do pedido para pagamento da dívida;
- d) Modalidade 4: deverá faturar os pedidos para as Recuperandas com prazo de 90 (noventa) dias e com isso receberá 5% (cinco por cento) do valor do pedido para pagamento da dívida.

Por fim, o PRJ ressalta que o Credor deverá garantir que as condições de comercialização, incluindo preço de venda, custo do frete, quando incluso no preço de venda, e outras, são no mínimo as melhores condições aplicadas por eles no mercado para prazos de pagamentos.

4

ALIENAÇÃO DE ATIVOS



4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Em sua Cláusula 1.2.1 do Plano de Recuperação Judicial, há previsão de que fica garantida às empresas Recuperandas a plena gerência de seus ativos, restando autorizada e dispensada autorização judicial, com a aprovação do Plano, a alienação de ativos inservíveis ou cuja alienação não implique em redução de atividades das Recuperandas, ou quando a venda se seguir de reposição por outro bem equivalente ou mais moderno, sendo que o produto da venda deverá, obrigatoriamente, ser revertido ao fluxo de caixa das Recuperandas. Destarte, cumpre ressaltar que **não houve a indicação pormenorizada dos bens passíveis de alienação.**

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Na hipótese de alienações, o PRJ em sua Cláusula 11 estabelece que em caso de eventual alienação de UPI, será realizada por meio de processo competitivo, nos moldes do art. 60 e 142 da Lei 11.101/2005.

Na eventual decisão das Recuperandas optarem pela constituição de UPI, estas se obrigarão de maneira irrevogável e irretroatável, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial, a publicar **edital informando aos interessados a respeito do Processo Competitivo para alienação da UPI.** A abertura das propostas deverá ocorrer no prazo a ser definido pelas Recuperandas e constar no edital necessário para sua realização.

Não obstante, o PRJ prevê que o valor de venda da UPI não poderá ser inferior ao de mercado, salvo evidente utilidade reconhecida pelo Juiz da Recuperação Judicial e desde que conte com expressa anuência das Recuperandas. Ademais o adquirente poderá, eventualmente, celebrar contratos de natureza jurídica diversa daquelas mencionadas na definição constante do item supra, se, de comum acordo, restar demonstrado ser a opção que confere maior segurança jurídica às partes contratantes.

5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS
CONFLITANTES COM A LEI
11.101/2005**



5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

• Cláusula 7.1:

A Cláusula 7.1 do Plano de Recuperação Judicial salienta que “os *Créditos Trabalhistas* serão considerados, para fins deste Plano, integralmente sujeitos aos seus efeitos, sempre que a contratação tiver ocorrido anteriormente à Data do Pedido, ainda que o desligamento e/ou rescisão seja posterior”.

Tal disposição, no entendimento desta Administradora Judicial viola disposição do art. 49 da Lei 11.101/2005¹, vez que, o tema 1051 do STJ, preconiza que “para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador”, desta forma, sujeitar ao PRJ crédito com fato gerador posterior ao pedido de recuperação judicial, infringiria as disposições legais.

Insta salientar que, as questões inerentes a concursabilidade e natureza dos créditos será extensivamente abrangida na fase de verificação dos créditos pela Administradora Judicial, e poderá ser discutida pelos credores e/ou Recuperandas através do incidente processual previsto pelo art. 8º da Lei 11.101/2005.

Desta feita, na perspectiva desta Administradora Judicial, a cláusula em comento é inválida, vez que trata de questão inerente a direito dos credores trabalhistas, que devem ser devidamente analisados pela Administradora Judicial e reivindicados pelos credores em momento processual adequado, caso entendam necessário.

• Cláusula 10:

A priori, impende observar que a Cláusula 10 do Plano de Recuperação Judicial menciona que, a partir da homologação deste, os credores não mais poderão exigir o adimplemento judicial ou extrajudicial, relacionado a qualquer crédito; expropriar ativos através da execução de qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral; e penhorar quaisquer bens, **todas as hipóteses abarcando as Recuperandas, seus fiadores, avalistas, garantidores, coobrigados, controladas e subsidiárias.**

Ainda, prevê que as **execuções contra seus fiadores, avalistas, garantidores, coobrigados e subsidiárias, relativas ao crédito abrangido pelo Plano em apreço serão suspensas, e as penhoras e constrições existentes serão imediatamente liberadas.** Não obstante, a referida cláusula versa que os fiadores, avalistas, garantidores e coobrigados permanecerão responsáveis solidariamente pelas dívidas novadas pelo Plano, **as quais somente poderão ser executadas em caso de inadimplemento deste.**

No mesmo sentido, consta que **a aprovação do plano implica na suspensão da exigibilidade dos avais, fianças, e demais garantias reais ou fidejussórias assumidas pelas Recuperandas, seus fiadores, avalistas, garantidores, coobrigados, controladas e subsidiárias, inclusive imobiliárias as prestadas no âmbito da Lei nº 9.514/97, servindo a sentença concessiva da Recuperação Judicial como ofício para informar e suspender os efeitos das averbações e gravames junto aos respectivos e competentes cartórios,** com a extinção definitiva após o adimplemento das obrigações previstas

¹ Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

no Plano de soerguimento.

Sobre o tema, em que pese a possibilidade de adesão das disposições por determinados credores, o artigo 59 da LREF é translúcido ao estabelecer que a novação oriunda da concessão da Recuperação Judicial não irá afetar as garantias eventualmente prestadas, **não havendo óbice, contudo, do credor titular da garantia concordar expressamente com a sua supressão.**

Não se olvida a divergência jurisprudencial que permeia o tema, entretanto, em atenção a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no tema 885², que deu origem a súmula 581³, bem como em atenção as recentes decisões da mesma corte⁴, **ao ver desta Administradora Judicial, faz-se possível a disposição sobre eventual supressão de garantias prestadas, contudo, tal condição específica só terá eficácia em face daqueles credores que aderirem ao plano sem apresentarem eventuais ressalvas quanto a supressão/extinção das garantias.**

Nestas considerações, prima oculi, o entendimento desta Administradora Judicial é no sentido de que **a cláusula em exame é parcialmente nula ao sujeitar todos os credores a seu crivo**, pois, em que pese a extinção/supressão de garantias seja um direito disponível do credor, esse deve anuir de forma expressa com tal disposição do PRJ para que esta venha a ter eficácia perante si, não sendo o caso de impor a todos os credores de forma indistinta em eventual concessão da Recuperação Judicial.

² A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005.

³ A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

⁴ REsp 1.794.209 e REsp 1.885.536.



6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.





GLOSSÁRIO



GLOSSÁRIO

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
GRUPO POLICABOS: Policabos Comércio de Produtos de Teleinformática EIRELI e Nydia Distribuidora de Produtos de Teleinformática Ltda
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperandas – Grupo Policabos
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial

CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

